

INDÍGENAS COTISTAS DA UEMS: ACESSO, PERMANÊNCIA E EVASÃO DOS PRIMEIROS INGRESSANTES EM 2004

Quotist's Indian natives in UEMS: access, permanence and evasion of
first students in 2004

Cuotas para los indígenas en UEMS: acceso, permanencia y evasión del
primeros ingresantes en 2004

Maria José de Jesus Alves Cordeiro *

Shirley Flores Zarpelon **

RESUMO: A Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul – UEMS – foi a primeira universidade do país a implantar cotas para os indígenas, buscando viabilizar de forma mais ampla o acesso e conseqüentemente o ingresso destes no ensino superior. A viabilização do acesso decorreu de uma decisão do Governo do Estado por meio da Lei n. 2589 de 26/12/2002. Desde a implantação das cotas e do ingresso dos primeiros indígenas, notou-se que o acesso era efetivado, mas a permanência dos mesmos não era garantida. Esta pesquisa foi realizada com o propósito de investigar os índices e os motivos da evasão dos indígenas cotistas nos diversos cursos e Unidades Universitárias da UEMS, além de levantar dados que possam proporcionar a UEMS subsídios para garantir a criação e efetividade de ações de permanência. No quesito permanência, a instituição tem, hoje, dois tipos de ações específicas para os indígenas cotistas: **Programa Rede de Saberes e Bolsa Vale Universidade Indígena (PVUI)**, esta oriunda do Convênio com o Governo do Estado de Mato Grosso do Sul. Esta pesquisa analisará e interpretará os dados de evasão dos primeiros indígenas cotistas que ingressaram em 2004, aprovados no primeiro processo seletivo com cotas. Os dados foram coletados por meio de questionário aplicado aos indígenas considerados evadidos e aos indígenas remanescentes do primeiro ingresso (2004) que continuavam cursando em 2009.

Palavras-chave: indígenas cotistas; permanência; evasão.

ABSTRACT: The University of the State of Mato Grosso do Sul – UEMS – was one of the first university in the country to implant quotas to Indian natives, searching to make feasible in a wider way the access and consequently their ingress in Higher Education. The viabilization of the access is a result of a decision of the

* Doutora, Docente e Coordenadora do Curso de Pedagogia na Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul [UEMS]. Contato: Rua Oliveira Marques nº 260 – Dourados/MS – CEP 79820-040
Telefone (67) 3426 3024. E-mail: maju@uems.br.

** Acadêmica do 3º ano de Pedagogia Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul [UEMS].
Contato: Rua Floriano Peixoto, 1770 – Dourados/MS – CEP 79824-090
Telefone(67) 3421-3838. E-mail: shirleyfloresz@hotmail.com.

State Government by the law number n. 2589 of 12/26/2002. Since the quotas implantation and the ingress of the firsts Indian natives, was noted that the access was put into effect, but the permanence of them was not guaranteed. The research was made with the purpose of investigating the index and the motives of the evasions of the quotists indian natives in several courses and Universitarian Unities of UEMS, apart from collecting datas that may provide to UEMS subsidies to guarantee the criation and effectivation of the permanence actions. In the permanence issue, the institution has, nowadays, two types of especific actions to the quotists Indian natives: **Programa Rede de Saberes** and **Bolsa Vale Universidade Indígena (PVUI)**, this last one is derived of the Convention with the Government of the State of Mato Grosso do Sul. This research will analyse and intepretate the datas of evasion of the firsts quotists indian natives that ingressed in 2004, aproved in the first selective process by quotas. The datas were collected by a questionnaire applied to the indian natives considered evased and the remainings of the first ingress (2004) that were still studying in 2009.

Keywords: Indian natives quotists; permanence; evasion.

RESUMEN: La UEMS – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul – fue la primera universidad en el país a implementar cuotas para los indígenas, intentando facilitar de una forma más amplia el acceso y, en consecuencia, el ingreso a la educación superior. Este acceso empezó después de una decisión del Gobierno del Estado por la Ley N. ° 2589, del XII-12-2002. Desde la implantación de las cuotas y del ingreso de los primeros indígenas, se ha sido notado que ese acceso era atendido, pero su permanencia no era garantizada. Esta investigación se llevó a cabo con el fin de descubrir los índices y los motivos de la evasión de los indígenas cuotistas en los diferentes cursos y diferentes Unidades Universitarias de la UEMS, así como otros datos que podrían proporcionarle a UEMS los subsidios para garantizar la creación y la efectividad de las acciones de permanencia. Sobre la permanencia, institución tiene dos clases de acciones específicas para los indígenas cuotistas: **Programa Red de Conocimientos y Beca Vale Universidad Indígena (PVUI)**. Este último se originó del Convenio con el Gobierno del Estado de Mato Grosso do Sul. Esta investigación analizará e interpretará los datos de la evasión de los primeros indígenas cuotistas que ingresaron en 2004, aprobados en el primer proceso de selección con las cuotas. Los datos son resultados de cuestionario aplicado a los indígenas considerados evadidos y a los indígenas remanentes de la primera entrada (2004) que continuaron estudiando en 2009.

Palabras Clave: indígenas cuotistas; permanencia; evasión.

INTRODUÇÃO

A UEMS, uma das pioneiras na implantação do sistema de cotas para negros, sendo vanguardista juntamente com as Universidades Estaduais da Bahia e Rio de Janeiro, foi a primeira no país a implantar o sistema de cotas para indígenas. Este tema, tratado de forma superficial e carregado de tabu, sofre ainda um processo típico de adaptação. O indígena cotista

vislumbra, na oportunidade do ingresso na Universidade, uma chance de ajudar sua comunidade a ser cada vez mais respeitada e, também, o reconhecimento de seus direitos e de sua cidadania, pois de acordo com Luciano (2006) o indígena essa oportunidade como ferramenta de luta para incursão na sociedade predominantemente não indígena.

Ao indígena sul-mato-grossense foi concedida a chance de expressar sua cidadania, a partir do ano de 2001, com o surgimento de iniciativas que visavam fornecer mecanismos de acesso ao ensino superior. Uma delas, a primeira do Brasil, foi a criação, na UEMS, do Curso Normal Superior Indígena com processo de seleção específico, oferecido em 2001 aos Terena em Aquidauana-MS e em 2002 em Amambai-MS para os Guarani.

As cotas para os indígenas não foram, contudo, iniciativa institucional, mas uma obrigatoriedade legal imposta pelo Governo do Estado de Mato Grosso do Sul através da Lei nº 2.589, de 26/12/2002 que, ao ser promulgada, tornou possível o ingresso de um número maior de indígenas no ensino superior. Entretanto, para atender a essa nova demanda, nenhuma alteração em relação aos recursos financeiros despendidos pelo governo do Estado para a UEMS foi sequer cogitada pelo autor da lei, ou pelo governo do Estado, comprometendo, antecipadamente, as ações previstas como necessárias para a permanência dos indígenas cotistas no ambiente acadêmico e fora de sua aldeia.

A iniciativa da criação de cotas para indígenas é considerada inovadora e ousada, o que dá uma idéia positiva de gestão, mas, como foi exigida que ocorresse a implantação num prazo de 90 (noventa) dias, não houve tempo hábil para modificação e adaptação de currículos, sensibilização e formação do corpo administrativo, docente e discente para o acolhimento da diferença representada pelos indígenas de várias etnias. Por essa razão a forma como a lei foi implantada gerou e ainda gera conflitos e, em consequência disso, fatores que propiciam a evasão e repetência dos indígenas cotistas. A implementação de ações de permanência, apesar dos esforços da instituição, ainda é deficitária.

Por outro lado, apesar de não ter sido aliada às formas ideais de gestão, a implantação das cotas para indígenas oportunizou a igualdade no acesso ao ensino superior, o resgate e a reafirmação da identidade étnica dos indígenas, fazendo com que se sentissem orgulhosos de sua indianidade e, ao mesmo tempo, incentivando-os a permanecerem na sua terra e com seu povo, mas agora com acesso assegurado na educação superior e aos conhecimentos científicos que esta proporciona a todos.

A pesquisa teve como objetivos analisar os dados de evasão dos indígenas cotistas no período de 2004 a 2007, suas causas e as ações que a UEMS realizou para evitar essa evasão. Mostra, ainda, os caminhos

percorridos pelos primeiros indígenas cotistas e pela UEMS desde a criação da lei em 2002 até a colação de grau em 2007.

METODOLOGIA

Para identificar os indígenas cotistas que ingressaram no primeiro processo seletivo com cotas, ano letivo de 2004, e a situação atual de cada um deles, utilizamos como fonte de pesquisa as atas de resultados finais¹ de 2004 a 2009, destacando os resultados por disciplina e a situação final, buscando demonstrar, ano a ano, a situação de cada um dos 67 (sessenta e sete) pioneiros. Descartados os que haviam concluído o curso, foram identificados 43 (quarenta e três) indígenas cotistas na condição de evadidos e 12 (doze), que apesar de terem abandonado o curso em algum momento, estavam em 2009, cursando disciplinas conforme permite o Regimento Interno da UEMS.

Para detectar as causas da evasão, foram realizadas entrevistas tanto com acadêmicos que abandonaram os cursos quanto com os remanescentes desse grupo que continuavam cursando as disciplinas em 2009. Os questionários das entrevistas foram elaborados considerando questões diferenciadas para acadêmicos evadidos e remanescentes.

Nas atas de resultados finais existe uma série de conceitos que definem a situação do acadêmico ao final do ano letivo. Porém, nenhuma delas esclarece de maneira pontual a situação do aluno evadido, pois estes ficam classificados como reprovados seja por faltas, seja por nota, apesar de não constar frequência ou nota zero nas disciplinas. Na Assessoria Institucional de Legislação e Normas -AILEN, recebemos explicações sobre o significado dos conceitos utilizados nas atas de resultados finais. Muitos deles têm praticamente o mesmo significado e, ainda, a diferença entre um e outro conceito não é suficiente para qualificar o termo evasão, dificultando a coleta e a interpretação dos dados. Ressaltamos, uma vez mais, que as explicações fornecidas não foram suficientes para definir a questão no contexto da UEMS.

Para levantar as ações de permanência realizadas pela UEMS, visitamos o laboratório de informática do Programa Rede de Saberes na Unidade de Dourados, com o propósito de observar a maneira como é feito o atendimento aos indígenas e o tipo de serviço que mais utilizam. Na Pró-Reitoria de Extensão, Cultura e Assuntos Comunitários – PROEC, conversamos com a responsável pelo Programa de Assistência Estudantil – PAE, momento em que foi possível receber informações sobre as bolsas de

¹ As atas de resultados finais são documentos de responsabilidade da Diretoria de Registro Acadêmico - DRA /UEMS disponibilizada apenas para pesquisadores com projeto sobre a temática registrado na UEMS.

permanência ofertadas aos indígenas via governo do estado, o Programa Vale Universidade Indígena – PVUI (que até 2008 era PVU). Descobrimos, então, que as primeiras bolsas somente foram efetivadas em junho de 2005, um ano e meio após o ingresso dos primeiros indígenas cotistas. Muitos dos que ingressaram em 2004 e até mesmo os de 2005 já haviam retornado à sua aldeia por falta de condições econômicas para se manter fora dela.

Durante as visitas a setores internos da UEMS para levantamento de dados de desempenho, as dificuldades foram significativas, dentre as quais se destacam os poucos registros sobre indígenas cotistas referente ao período inicial das cotas, anos 2004 e 2005, e as dificuldades na leitura e interpretação das atas de resultado final. A ausência de literatura brasileira específica e disponível sobre a presença indígena no ensino superior foi a maior de todas as dificuldades.

Quando da elaboração do projeto e desenvolvimento da pesquisa, estava previsto a aplicação de um questionário para 10 (dez) indígenas evadidos e 10 (dez) indígenas remanescentes do primeiro ingresso. No entanto, mesmo diante de esforços e mecanismos diferenciados de aplicação (impresso, via e-mail, telefone, presencial) só foi possível obter respostas de 03 indígenas considerados evadidos e 07 (sete) indígenas remanescentes. Os evadidos, seja pela falta de endereços atualizados, telefones com números cancelados e a negativa de outros indígenas em oferecer contato dos mesmos, tornaram-se uma barreira quase intransponível, sobretudo se considerarmos o fato de a pesquisadora responsável pela coleta ser autodeclarada branca.

Em relação aos remanescentes, um deles se negou a responder o questionário, alegando não ter “interesse em colaborar com pesquisa alguma que diga respeito aos indígenas” demonstrando de sua parte falta de interesse em colaborar com uma pesquisa que poderia auxiliar a instituição a traçar políticas de melhoria da situação acadêmica dos indígenas cotistas. No entanto, não temos como avaliar os motivos que levaram este indígena cotista a se negar em dar informações. Os dados obtidos com o questionário foram acrescidos aos dados bibliográficos e às informações coletadas nos setores da universidade, permitindo uma comparação com dados já apontados na tese de doutoramento de Cordeiro (2008). Essa junção de dados se tornou base deste trabalho.

DA EVASÃO E SUAS CAUSAS

Inicialmente, falar de evasão no Ensino Superior parece mexer num vespeiro, pois essa questão é preocupante em todo o país e no exterior, sendo motivo de grande preocupação dos gestores, levando-os a buscar soluções ou planos que verdadeiramente funcionem em suas instituições,

com o propósito de amenizar os índices alarmantes de evasão, tanto de brancos, quanto de negros e indígenas, independentemente da forma de ingresso.

Compreendendo a palavra evasão como sinônimo para fuga, desistência ou abandono de algo, podemos dizer que o abandono de um curso na sua trajetória pode ser classificado como evasão. Para os indígenas cotistas esse significado tem um peso muito maior, pois adentrar a Universidade significa travar uma luta de cunho interior e exterior que envolve a questão identitária, como expressa o autor indígena Luciano (2006, p.23).

O processo de reafirmação das identidades étnicas articulado no plano estratégico pan-indígena por meio da aceitação da denominação genérica de índios ou indígenas resultou na recuperação da auto-estima dos povos indígenas perdida ao longo dos séculos de denominação e escravidão colonial. O índio de hoje é um índio que se orgulha de ser nativo, de ser originário, de ser portador de civilização própria e de pertencer a uma ancestralidade particular.

Hoje podemos dizer que muitos indígenas conseguiram resgatar o orgulho de sua ancestralidade. No entanto, o que foi possível verificar através das análises dos dados pesquisados é que para os indígenas a evasão tem um significado diferente da evasão dos não índios. A prova disso está nos dados do primeiro vestibular com cotas para os indígenas no ano de 2003, quando foram disponibilizadas 10% das vagas gerais e um total de 186 (cento e oitenta e seis) indígenas se inscreveram no vestibular. Foram classificados 116 (cento e dezesseis), culminado na matrícula de apenas 67 (sessenta e sete), sendo 37 (trinta e sete) do sexo masculino e 30 (trinta) do sexo feminino. O fato de ter que morar fora da aldeia já inviabilizava no ato da matrícula o sonho de grande parte dos aprovados.

A partir da concepção adotada como evasão, ou seja, aqueles que no prazo de (02) dois anos não renovaram sua matrícula, conforme regulamento interno da UEMS foi possível na análise dos dados das atas constatar que em 2009, dos 67 (sessenta e sete) matriculados em 2004, um total de 43 (quarenta e três) foram considerados evadidos, sendo 25 (vinte e cinco) do sexo masculino e 18 (dezoito) do sexo feminino.

Os remanescentes são aqueles acadêmicos que permanecem cursando e estão dentro do prazo de validação do vestibular, não podendo ultrapassar 07 (sete) anos da data do vestibular inicial, sendo o prazo de jubilação superior a este tempo o que exigirá do acadêmico, caso incorra nesta situação, um novo vestibular para continuar no curso. Em 2009, os remanescentes somavam 12 (doze), sendo 06 (seis) do sexo masculino e 06 (seis) do sexo feminino.

Do montante inicial concluíram o curso, até 2007, apenas 08 (oito) indígenas cotistas e 02 (dois) concluíram nos anos subsequentes (2008 e 2009). Os evadidos expressam um percentual de 64% dos indígenas cotistas matriculados em 2004. Nesse período houve apenas 02 (duas) transferências externas, uma para cada sexo.

Ao analisarmos os dados de identificação coletados nas dez entrevistas, verificamos que 70% são do sexo feminino e 30% do sexo masculino, sendo que a maioria tem idade superior a 20 anos, característica de quem inicia a escolaridade um pouco mais tarde, o que acreditamos ser fruto das dificuldades relacionadas à distância entre moradia e escola ou ainda à ausência de escolas nas aldeias.

Com relação à renda familiar, do ponto de vista da sociedade não indígena, a maioria dos indígenas de Mato Grosso do Sul vive em condições de miserabilidade e, a educação fica em segundo plano em relação à sobrevivência, pois mais de 50% dos pesquisados estão na faixa de renda familiar de até um salário mínimo. Cordeiro (2008) já havia relatado que 76,9% dos indígenas cotistas entrevistados possuíam renda familiar de apenas 01 (um) salário mínimo. Durante a pesquisa, em uma conversa informal, um indígena confessou que não assinalaria o item sobre a renda por ter vergonha do valor que sua família recebia e as imensas dificuldades financeiras que passavam. A questão financeira e o relacionamento professor-aluno estão presentes nos motivos que mais contribuíram para o abandono do curso e o não retorno.

A forma por meio da qual foi realizado o ingresso dos indígenas na UEMS aponta-nos para a necessidade de uma reflexão sobre diversas questões, pois, quando perguntados sobre as dificuldades encontradas em relação aos professores e às disciplinas do curso, 60% das respostas relacionadas aos docentes, apontam para uma inabilidade destes no modo de tratar os indígenas e ressaltam que explicação dos conteúdos é feita em sala de aula de forma rápida sem considerar que muitos indígenas não dominam a língua portuguesa como primeira língua e desconhecem o significado de muitas palavras.

Além disso, a quantidade de conteúdos e a forma utilizada para explicá-los, por parte de muitos docentes, dificultam o entendimento não apenas dos indígenas, mas de qualquer pessoa que ainda está na graduação, merecendo uma crítica aos docentes, no sentido de que é necessário conhecer este novo público, para ser possível diminuir as distâncias entre o indígena e o não-indígena. Essa resistência do docente está relacionada, entre outras coisas, com a ausência de conhecimento étnico dos povos indígenas.

Para Ribeiro (2004), a identidade étnica constitui-se como uma das maiores forças da cultura humana e os indígenas buscam preservar sua

cultura ao máximo, mesmo compartilhando novos conhecimentos com os não índios. Porém, a convivência no espaço da universidade entre indígenas e não indígenas não é aproveitada como forma de crescimento cultural para toda comunidade universitária, pior ainda, a inabilidade dos docentes em gerenciar pedagogicamente essa convivência faz com que os acadêmicos indígenas se sintam fragilizados ou diminuídos ante o tratamento diferenciado.

A diferença é um dos aspectos que os docentes e demais pessoas envolvidas neste processo devem olhar com desprendimento valorizando a riqueza da diversidade que a presença de indígenas na universidade proporciona.

DADOS DA EVASÃO

De acordo com os dados recebidos da Diretoria de Registro Acadêmico – DRA – e com a leitura das atas de resultados finais da situação dos 67 (sessenta e sete) ingressantes em 2004, podemos observar que: das **30 (trinta) mulheres** que ingressaram em 2004, a situação em 2009 era: 02 (duas) ingressaram no Curso de Agronomia, das quais uma abandonou e a outra estava matriculada; no Curso de Zootecnia ingressaram 03 (três) e todas abandonaram; no Curso Normal Superior, foram 07 (sete) ingressantes, sendo que 03 (três) abandonaram e 04 (quatro) concluíram; no Curso de Ciências Biológicas ingressou apenas uma que abandonou o curso; 02 (duas) ingressaram no Curso de Direito, uma solicitou transferência externa e a outra abandonou o curso; no Curso de Enfermagem foram 02 (duas) ingressantes que continuavam matriculadas; no Curso de Letras ingressaram 06 (seis), sendo que 04 (quatro) abandonaram, uma continuava matriculada e uma concluiu o curso; no Curso de Matemática ingressaram 03 (três) e todas abandonaram o curso; no Curso de Turismo ingressaram 03 (três), uma abandonou e 02 (duas) continuavam matriculadas; no Curso de Administração ingressou apenas uma que abandonou o curso.

Já em relação aos **37 (trinta e sete) homens** que ingressaram em 2004, a situação em 2009 era a seguinte: no Curso de História ingressaram 03 (três), sendo que um abandonou, um continuava matriculado e o outro concluiu o curso; no 03 (três) ingressaram no Curso de Agronomia, um abandonou e 02 (dois) continuavam matriculados; no Curso de Zootecnia foram 04 (quatro) os ingressantes e todos abandonaram; no Curso Normal Superior ingressaram 05 (cinco), 02 (dois) abandonaram e 03 (três) concluíram; no Curso de Ciências da Computação ingressaram 02 (dois) e todos abandonaram; 05 (cinco) ingressaram no Curso de Ciências Biológicas, mas todos abandonaram; no Curso de Direito ingressaram 05 (cinco), 03 (três) abandonaram, um continuava matriculado e um concluiu o

curso; no Curso de Enfermagem ingressou apenas um que permanecia matriculado; no Curso de Turismo foram 02 (dois) os ingressantes, um abandonou e um continuava matriculado; no Curso de Letras ingressaram 02(dois), mas todos abandonaram; no Curso de Administração ingressaram 04 (quatro), 03 (três) abandonaram e um saiu com transferência externa; no Curso de Ciências Econômicas ingressou apenas um que abandonou o curso.

Analisando os números citados anteriormente, verificamos que entre as mulheres ocorreu 60% de evasão, 20% continuavam cursando em 2009, 16,6% já haviam concluído o curso e 3,4% solicitou transferência externa. Entre os homens, 67,5% evadiram-se, 16,3% continuava cursando, 13,5% haviam concluído o curso e 2,7% solicitado transferência externa. Percebe-se ainda que os cursos que pertencem à área de Ciências Exatas são aqueles onde ocorreu o maior índice de abandono, independente do sexo do acadêmico.

Quanto à questão sobre as dificuldades nos relacionamentos com colegas não-índios, apenas um pesquisado relatou dificuldades, citando o preconceito que sente na convivência com os colegas, mas que nem sempre é demonstrado. Citou como exemplo o preconceito velado quando da montagem de grupos em sala de aula para qualquer atividade. Os não índios não apreciam a presença de indígenas em sua composição.

Já em relação aos professores, as dificuldades apresentadas são muitas, pois 50% dos indígenas pesquisados apontaram para a rapidez na explicação do conteúdo e 30% disseram que há um desinteresse ou indiferença por parte dos docentes da UEMS em relação aos indígenas e 20% apontaram que há desconhecimento da cultura indígena por parte dos docentes, tornando difícil a permanência em sala de aula.

Muitos docentes da UEMS ainda não se deram conta da necessidade de mudança na sua prática metodológica, de modo a contemplar as diferentes características dos grupos étnico-raciais que compõem a sala de aula. Deveriam ser assumidas atitudes como falar mais devagar, uma vez que muitos indígenas falam a língua materna e têm dificuldade para entender a língua portuguesa utilizada pelos professores. Dependendo da etnia, por exemplo, algumas palavras não existem no vocabulário da língua materna usada pelos indígenas, o que exige desses um raciocínio mais elaborado para compreendê-las. Esse exercício exige do acadêmico indígena uma re-elaboração mais complexa da matéria ministrada.

Na tese de Cordeiro (2008, p.112-113), esta retrata a mesma situação com relatos dos indígenas que dizem se sentir excluído dos grupos por falar diferente (não dominarem a língua portuguesa) dos não-índios, serem considerados incapazes, coitados, além do fato de muitos professores

discursarem contra as cotas em sala de aula. Tudo isso contribui para que os indígenas cotistas sintam-se sem apoio promovendo assim sua evasão.

Os indígenas ingressam na UEMS, ou em qualquer outra instituição de ensino superior do país, em busca do sonho, de ter voz e ser ouvido tanto na sua comunidade quanto na sociedade em geral. Eles chegam com a esperança de receber apoio, de compartilharem conhecimentos, culturas, mas torna-se impossível permanecer insensível ao sentimento de indiferença que muitas vezes é velado, porém grassa nos corredores da universidade e muitas vezes dentro de sala de aula. Ao se defrontarem com “alguns” professores, eles sentem o olhar de desprezo destes queimando-os, mas, mesmo diante deste impedimento, segundo Ferreira (2000 p. 71) “os índios recorrem à educação escolar hoje em dia, como instrumento conceituado de luta.”

O Brasil, país multiculturalista e grande diversidade etnicorracial, onde costumamos afirmar que não temos preconceito e nem somos racistas, quando é chegada a hora de colocar em prática esse discurso, criamos barreiras e transferimos para mais tarde a efetivação das ações afirmativas que nos fariam compartilhar os conhecimentos, as tradições e o respeito pelo diferente. A universidade é o local onde se deve começar a diminuir a distância entre diferentes. Segundo Carvalho (2005, p.84), “o foco da reprodução ou da mudança do sistema não está no perfil racial dos calouros, mas dos professores – somos nós, afinal de contas, que temos autonomia para gerir o sistema universitário brasileiro”.

Muitas justificativas se apresentam na tentativa de diminuir as dificuldades dos indígenas cotistas, sendo uma delas o fato de terem uma educação precária, seja na aldeia ou nas escolas públicas da cidade. Luciano (2006, p.161) salienta que:

O modelo educacional brasileiro ainda concebe a escola para os índios como instrumento de integração de civilização linear e gradativa. Os conteúdos são impostos como necessário para a desíndianização das crianças, daí o desinteresse pelo conhecimento e valores e pelas formas de vida indígena. O maior problema é a qualidade do ensino que é oferecida.

Nesse sentido, perguntamos aos pesquisados sobre o local onde cursou o Ensino Médio e 100% responderam que foi em escola da cidade, já que são raras as escolas de ensino médio dentro das aldeias. Mato Grosso do Sul foi um dos primeiros entre os estados a criar a Educação Escolar Indígena de ensino fundamental e pioneiro na criação de cursos superiores específicos para indígenas através da UEMS. Entretanto, em relação ao ensino médio ainda está dando os primeiros passos rumo à instalação desse nível de ensino nas aldeias, principalmente com professores indígenas

ministrando aulas, obrigando os indígenas a se deslocarem, geralmente no período noturno, para concluir os estudos.

Percebemos, também, que os indígenas cotistas, além dos problemas já enfrentados na trajetória que antecede o ingresso na universidade, também enfrentam a questão de adaptação ao novo ambiente acadêmico. Para amenizar este impacto, a UEMS desenvolve algumas ações de permanência como o Programa Rede de Saberes e, através do Convênio existente com o Governo do Estado o PVUI, programa de bolsas já citado. São muitos os questionamentos que surgem para entender como podemos favorecer a permanência dos indígenas na UEMS. Para contribuir com esse entendimento, apresentaremos as poucas ações que a instituição oferece desde o ano seguinte de implantação das cotas (2005), explanando com mais detalhe cada uma.

DAS AÇÕES PARA PERMANÊNCIA NA UEMS

Programa Rede de Saberes

O Programa Rede de Saberes foi implementado no final de 2005, com base em um projeto desenvolvido pela gestão administrativa, que buscava incentivar a permanência dos indígenas cotistas de modo satisfatório, já que o acesso estava garantido por meio da lei 2.589 de 26 de dezembro de 2002. Este programa tem parceria com outras instituições de Ensino Superior, tais como a Universidade Católica Dom Bosco – UCDB –, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – UFMS –, e, mais recentemente, Universidade Federal da Grande Dourados – UFGD. Com financiamento da Fundação Ford, o programa tem por objetivo principal a permanência dos indígenas, promovendo a visibilidade do cotista.

No sentido de visibilidade, foram realizados projetos nas temáticas de saúde, direitos humanos e educação e estas produções foram apresentadas em eventos locais, nacionais e internacionais, garantindo assim o intercâmbio entre a cultura indígena e do não-indígena, na expectativa de minimizar essas diferenças. Anteriormente havia outros projetos neste sentido, como o projeto “Trilhas de Conhecimento” que serviu de subsídio para ampliar a ideia de uma permanência mais efetiva dos indígenas cotistas na UEMS.

No Programa Rede de Saberes, o indígena cotista tem à sua disposição laboratório de informática capacitado com micro computador com impressoras, apoio e tutorias nas disciplinas, cursos complementares, encontros para discutir encaminhamentos coletivos para a proposição de políticas institucionais e políticas públicas, a capacitação de não-índios e a inserção em projetos de pesquisa e extensão. Segundo a Pró-Reitora de Extensão da UEMS, Prof^a Dr^a Beatriz Landa em texto apresentado no

Congresso Brasileiro de Extensão Universitário – CBEU, no ano de 2009 em Dourados-MS,

[...] a inserção de estudantes indígenas em projetos de pesquisa e extensão foi uma das estratégias para a permanência, pois sabe-se que acadêmicos que participam destas atividades acadêmicas apresentam resultado mais satisfatórios no cumprimento das disciplinas curriculares de seus cursos.

Outra atividade desenvolvida pelo Programa Rede de Saberes, visando diminuir as dificuldades que os acadêmicos indígenas sentem em diversas matérias, é a contratação de tutores para ministrar cursos, sendo que no ano de 2006 e 2007, foram oferecidos diversos cursos de aperfeiçoamento em diversas áreas como: Língua Portuguesa, Ciências Biológicas, Física, Matemática, Direito Penal, Direito Civil, Informática entre outras, totalizando mais de 2.400h/a extracurricular². Portanto, a presença indígena no ensino superior obriga a UEMS a procurar várias maneiras para facilitar a permanência, oferecendo oportunidades para que os indígenas conquistem sua autonomia.

Programa Vale Universidade Indígena

O Programa Vale Universidade Indígena, instituído pelo Decreto n. 11.856 de 12 de maio de 2005, é uma parceria firmada entre o Governo Estadual e a UEMS, visando garantir ajuda financeira para permanência do Indígena no Ensino Superior, oferecendo uma bolsa-estágio no valor de R\$ 300.00 (trezentos reais) mensais a título de custeio de sua formação profissional. O estágio se realiza em locais selecionados pela PROEC/UEMS e tem um supervisor responsável pela frequência e atividades do bolsista.

O acadêmico indígena do 1º ano recebe a bolsa, mas para continuar com o benefício nos próximos anos precisa atender a uma série de exigências tais como: não ter dependências ou reprovações, cumprir 12 (doze) horas de atividades na UEMS como estagiário ou em outras instituições, desde que a atividade esteja ligada ao currículo do curso. Chama atenção a exigência de 80% de frequência, conforme explicitado no artigo 3º inciso IV (até 2008 era 90%), parecendo-nos a exigência de cunho intencional, pois de acordo com a LDB, o cumprimento de 75% de frequência nas disciplinas mais a média exigida é o necessário para lograr aprovação. Porque o tratamento diferenciado? Não é esta mais uma forma de discriminação imposta aos indígenas? Acreditamos que sim.

² Fonte: Laboratório Rede de Saberes /Unidade Universitária de Dourados.

Além dessas duas ações, o que ainda se oferece aos indígenas cotistas é o mesmo que se oferece aos demais acadêmicos em geral: editais de bolsas de iniciação científica, bolsas de extensão, monitoria, bolsa permanência e auxílio moradia e alimentação. Em 2009, a UEMS recebeu do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq – 14 (quatorze) bolsas de iniciação científica específicas para alunos que ingressaram como cotistas, nesse caso, negros e indígenas, que totalizavam em 2009 mais de mil cotistas matriculados.

Por outro lado, é de se considerar que em 2009 completava apenas 06 (seis) anos do ingresso da primeira turma de indígenas cotistas, logo, toda modificação ou alteração demanda tempo para consolidar-se.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O acesso dos indígenas ao ensino superior, em Mato Grosso do Sul, principalmente via UEMS, é uma realidade. Entretanto, não basta apenas oportunizar o acesso, é necessário discutir institucionalmente a política de cotas no sentido de avaliar sua função social na universidade pública e as demandas que esse acesso gerou para a universidade. Com este olhar Carvalho (2005, p.135) afirma:

[...] “somente agora poderemos começar a construir um modelo intercultural de leitura da história comum entre brancos, negros e índios no Brasil. E essa leitura corre paralela ao movimento concreto de promoção da igualdade étnica e racial no ensino superior.”

Apesar do curto tempo de existência da política de cotas para indígenas na UEMS e, de só ter conseguido diplomar 10 (dez) acadêmicos dos 67 ingressantes, podemos afirmar que houve avanços no sentido da inclusão desse grupo no ensino superior e das ações de permanência considerando que a questão étnico-racial foi e continua um assunto evitado na academia inviabilizando conquistas desse e de outros grupos.

O objetivo da pesquisa era mostrar os índices de evasão entre os indígenas cotistas e as causas da mesma, bem como as ações de permanência que a UEMS vem realizando no sentido combater essa evasão. Desta forma, após os resultados aferidos nos questionários, visitas aos setores e dados fornecidos pela DRA/UEMS, podemos concluir que foram encontrados fatores até nas ações de permanência que contribuíram para a evasão como, por exemplo, o rigor exigido pelo decreto do PVUI para manutenção da bolsa e o valor da mesma já citada anteriormente.

Estas exigências são, no mínimo, desestimulantes, pois o indígena que mora em aldeia próxima à cidade, tem despesas com transporte e alimentação. Aquele que mora na cidade tem necessidades básicas, como pagar aluguel, alimentação e transporte. Todos têm gastos com livros e

outros materiais de estudo. O valor da bolsa não é suficiente sequer para a sobrevivência, quanto mais para as despesas com o curso. Por isso, muitos indígenas mesmo contemplados com a bolsa, após alguns meses, retornam para a aldeia.

O Programa Rede de Saberes oferece laboratório de informática, que ajuda nas questões práticas, como pesquisas na internet, cópias, curso básico de informática. Porém, o principal que é a tutoria no sentido de oferecer subsídios aos indígenas através de cursos de nivelamento em várias áreas do conhecimento, ocorreu apenas no ano de 2006 e 2007. No aspecto da língua materna não foi realizado nenhum curso, distanciando cada vez mais o indígena cotista de sua origem e minimizando a importância deste fator aos docentes.

Se esta interculturalidade entre a língua materna e a língua portuguesa fosse processada pelo corpo docente, amenizaria a distância entre o professor e o acadêmico indígena. O desinteresse pela cultura indígena por parte de muitos docentes afasta qualquer possibilidade de sucesso no processo de permanência dos indígenas cotistas, fomentando a evasão.

O que se percebe é que esta é uma experiência nova não só para os indígenas cotistas, mas também para a UEMS, que não conseguiu oferecer formação suficiente ao corpo docente para receber esse novo público. Por essa razão, as principais dificuldades apontadas pelos indígenas têm relação com o volume de conteúdos nas diversas disciplinas e a didática utilizada pelos professores, demonstrando que estes não estão preparados na grande maioria para trabalhar com indígenas e tão pouco com outros grupos considerados excluídos, pois nivelam a aula sem levar em conta a diversidade presente.

Portanto, diante de todos os dados e informações oferecidos podemos sugerir a UEMS uma tomada de decisão em relação ao processo de discussão permanente sobre a questão etnicorracial e a relação entre os professores, técnicos, comunidade acadêmica e os indígenas; agilidade na mudança de currículos dos cursos, adequando-os a uma realidade permeada de diversidade cultural e a realização de eventos sobre temáticas ligadas a cultura indígena envolvendo toda universidade de forma permanente, com o propósito de dirimir a evasão dos indígenas cotistas e dar-lhes condições de concluir o curso escolhido.

REFERÊNCIAS

CARVALHO, José Jorge de. *Inclusão étnica e racial no Brasil: a questão das cotas no ensino superior*. São Paulo: Attar, 2005.

CORDEIRO, Maria J. de J. Alves. *Negros e Indígenas Cotistas da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul: desempenho acadêmico do ingresso à conclusão de curso*. São Paulo, 2008. Tese de Doutorado defendida na PUC/SP em 14/05/2008.

FERREIRA, Mariana Kawall Leal. *A educação escolar indígena: um diagnóstico crítico da situação no Brasil*. Artigo publicado na Revista FAPESP. 2000.

GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL. Lei nº 2.589, de 26/12/2002, que dispõe sobre reserva de vagas na UEMS para indígenas. Campo Grande-MS, 2002.

LUCIANO, Gersen dos Santos. *O índio brasileiro. O que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil de hoje*. Brasília. Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. LACED/Museu Nacional, 2006.

RIBEIRO, Darcy. *Os índios e a civilização: a integração das populações indígenas no Brasil moderno*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. 3ª reimpressão. 2004.